

Quinta-Feira, 18 de Dezembro de 2025

Mato Grosso reduz desmatamento em 74%, aponta Imazon

COMBATE AO DESMATAMENTO ILEGAL

REDAÇÃO

Mato Grosso registrou queda de 74% no tamanho de áreas de Amazônia Legal desmatadas nos dois primeiros meses de 2024, em comparação com o mesmo período do ano passado. O levantamento considera dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), divulgados nesta segunda-feira (18.03).

Conforme o levantamento, em janeiro e fevereiro de 2023, foi identificada a derrubada de 242 mil km² de floresta, enquanto no mesmo período deste ano o tamanho foi de 63 mil km².

A secretaria de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, observou que a redução da área derrubada é resultado da política de tolerância zero contra o desmate ilegal em Mato Grosso, bem como dos investimentos do Governo do Estado para fiscalização e monitoramento por satélite, e fortalecimento do licenciamento ambiental.

"A redução do desmatamento bruto, que é verificada, é um reflexo da atuação forte do Estado de Mato Grosso contra a ilegalidade. Este é um dado extremamente positivo, porque reflete a redução expressiva e progressiva do desmatamento geral no Estado, sem considerar, inclusive, que parte disso é lícito, ou seja, com permissão legal para a supressão", destacou.

Somente neste ano já foram aplicados mais de R\$ 186,13 milhões em multas por crimes ambientais na Amazônia Legal, com 505 multas aplicadas e 413 termos de embargos.

Desde o início da gestão, os investimentos para ações de combate ao desmatamento e incêndios florestais somam mais de R\$ 240 milhões. O Governo do Estado também investe na modernização de sistemas para o monitoramento em tempo real. Por meio de satélites de alta resolução, a Sema identifica o desmate, multa infratores e embarga áreas com ações ilegais, apreendendo equipamentos e máquinas utilizados na ação criminosa.

O avanço no Cadastro Ambiental Rural, para a regularização de imóveis rurais, também contribui para a eficiência do licenciamento ambiental e aumento da legalidade. Cabe ressaltar que o Código Florestal permite a supressão vegetal de até 20% da área particular na Amazônia Legal.